

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABRANCHES, S. *et al.*,. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ALVES, José Augusto Lindgren. 1995: **Os direitos humanos em “sursis”**. In: Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 35, 1995. p.149-165.

ANDRADE, Regis de Castro. **América Latina. Novas estratégias de dominação**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ANTUNES, P. de B. 2001. **Direito Ambiental**. 5º ed. Rio de Janeiro: Lumen juris.

BASSO D. **“A produção e a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná”**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

**BRASIL – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. RESOLUÇÃO N° 357, de 17 de março de 2005.**

**BRASIL – MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA N° 518, de 25 de março de 2004.**  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

**BRASIL. Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

**BRASIL. Decreto nº. 4.932, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL previstas na Medida Provisória n.º 144, de 10 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Decreto nº. 4.970, de 30 de janeiro de 2004**. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto no 4.932, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL previstas na Medida Provisória n.º 144, de 11 de dezembro de 2003, e define o índice de atualização monetária das quotas de que trata o § 1º do art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002. Diário oficial da União.

**BRASIL. Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004**. Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Decreto nº. 5.184, de 16 de agosto de 2004**. Cria a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990.** Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1930.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei 9.074, de 24 de novembro de 1995.** Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei Federal nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei Federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei Federal nº. 9.984, de 17 de julho de 2000.** Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho d 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 10.295, de 17 de outubro de 2001.** Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002.** Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis n o 9.427, de 26 de dezembro de 1996, n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, n o 3.890-A, de 25 de abril de 1961, n o 5.655, de 20 de maio de 1971, n o 5.899, de 5 de julho de 1973, n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 10.847, de 15 de março de 2004.** Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis n<sup>os</sup> 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho

de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996.** Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 9.638 de 1981.** Cria a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998.** Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Lei nº. 9.991, de 24 de julho de 2000.** Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Diário oficial da União.

**BRASIL. Portaria IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002.** Compatibilizar o licenciamento ambiental com as salvaguardas do patrimônio histórico, cultural, arqueológico etc. Diário oficial da União.

**BRASIL. Resolução ANEEL nº. 393, de 4 de dezembro de 1998.** Estabelece os procedimentos gerais para Registro e Aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas.

**BRASIL. Resolução ANEEL nº. 395, de 4 de dezembro de 1998.** Estabelece os procedimentos gerais para Registro e Aprovação de Estudos de Viabilidade e Projeto Básico de empreendimentos de geração hidrelétrica, assim como da Autorização para Exploração de Centrais Hidrelétricas até 30 MW e dá outras providências.

**BRASIL. Resolução ANEEL nº. 396, de 4 de dezembro de 1998.** Estabelece as condições para implantação, manutenção e operação de estações fluviométricas e pluviométricas associadas a empreendimentos hidrelétricos.

**BRASIL. Resolução ANEEL nº. 398, de 21 de setembro de 2001.** Estabelecer os requisitos gerais para apresentação dos estudos e as condições e os critérios específicos para análise e comparação de Estudos de Inventários Hidrelétricos, visando à seleção no caso de estudos concorrentes.

**BRASIL. Resolução ANEEL nº. 652, de 9 de dezembro de 2003.** Estabelece os critérios para o enquadramento de aproveitamento hidrelétrico na condição de Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

**BRASIL. Resolução Normativa ANEEL nº. 116, de 29 de novembro de 2004.** Altera o Regimento Interno da ANEEL, aprovado pela Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, para modificar a estrutura administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**BRASIL. Resolução Normativa ANEEL nº. 343, de 9 de dezembro de 2008.** Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica com características de Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

**BRASIL. Resolução Normativa nº. 412, de 5 de outubro de 2010.** Estabelece procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico, e para autorização de aproveitamento de potencial de energia hidráulica sem características de Pequena Central Hidrelétrica; Altera os arts. 3º e 15 e inclui o art. 19-A na Resolução ANEEL 393 de 04.12.1998, bem como revoga a disposição em contrário da Resolução ANEEL 395 de 04.12.1998 e altera a redação do art. 28 da Resolução ANEEL 343 de 09.12.2008, no que trata às PCH, observadas as regras de transcrição do capítulo VII. Diário oficial da União.

**BRITO I. M.; BERTINI R. J. Estratigrafia da bacia do Paraná. Academia Brasileira de Ciências**, v. 54, n. 2. 1982.

**CEMA. Resolução n.º 65, de 01 de julho de 2008.** Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.

**CETESB. Variáveis de qualidade das águas.** Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/variaveis.asp>>. Acesso em: 25/11/2010

**CONAMA.** Complementa os procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Resolução nº. 237, de 19 de dezembro de 1997.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e estabelece diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como as condições e padrões de

lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Resolução nº. 357, 17 de março de 2005.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Dispõe sobre a suspensão de autorizações concedidas de corte e exploração de espécies ameaçadas de extinção na mata atlântica. **Resolução nº. 278, de 24 de maio de 2001.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Dispõe sobre áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno. **Resolução nº. 302, de 20 de março de 2002.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP). **Resolução nº. 369, de 28 de março de 2006.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. **Resolução nº. 303, de 20 de março de 2002.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto. **Resolução nº. 279, 27 de junho de 2001.** Diário oficial da União.

**CONAMA.** Institui regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica, no intuito de harmonizar conceitos e linguagem entre os diversos intervenientes no processo. **Resolução nº. 06, de 16 de setembro de 1987.** Diário oficial da União.

CONTE e STENDER-OLIVEIRA. **Diagnóstico Herpetológico da APA da Serra da Esperança.** Relatório técnico para subsídio à elaboração do plano de manejo da APA da Serra da Esperança. Mater Natura, Curitiba, 2008. Não publicado.

COOPERRIDER, A. Y. 1986. **Habitat Evaluation System.** In: U.S. Dep. Inter., Bureau of Land Manegement. 757-776p.

CREPANI, E. *et al.* **Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao Ordenamento Territorial.** São José dos Campos: INPE, 2001

EMBRAPA. **Mapa de Solos do Estado do Paraná.** Rio de Janeiro, 2007.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** Brasília-DF, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial.** In: Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 35, 1995. p. 73-111.

GEHLEN, Ivaldo. **Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social.** In: Para pensar outra agricultura. Editora UFPR. Paraná. 1998.

**GUARAPUAVA. Lei Complementar nº. 016 de 2006.** Dispõe sobre as complementações ao Plano Diretor e dá outras providências. Diário oficial da União.

**GUARAPUAVA. Lei Complementar nº. 024 de 2008.** Dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano no Perímetro Urbano do Distrito Sede do Município de Guarapuava. Diário oficial da União.

**GUARAPUAVA. Lei nº. 1101, de 28 de dezembro de 2001.** Institui o Plano Diretor do Município de Guarapuava e dá outras providências. Diário oficial da União.

HEREDIA, Beatriz. **A Morada da Vida.** Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1979.

IBAMA. **Lista Oficial da Flora Ameaçada de Extinção.** IBAMA, 1992.

IBAMA. **Mapa de Vegetação do Brasil.** IBGE, 2004.

**INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP).** Aprova a Matriz de Impactos Ambientais provocáveis por empreendimentos / atividades potencial ou efetivamente impactantes, e respectivos termos de referência padrão e dá outras providências. **Portaria nº. 158, de 10 de setembro de 2009.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** Rio de Janeiro, 1992.

KUNTZ, Rolf. **Os Direitos Sociais em Xequê.** In: Lua Nova. São Paulo: CEDEC. n. 36, 1995. p. 149-157.

LEITE, P.F. **Contribuição ao Conhecimento Fitoecológico do Sul do Brasil.** Ciência & Ambiente, Santa Maria/RS, n. 24. p. 51-74, jan./jun. 2002.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná.** 3 ed. Curitiba. 2002. 350 p.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná.** BADEP/UFPR/IBPT. Curitiba, 1981. 450 p.

MC NEELY, *et. al.*, (1979). **Water Quality Sourcebook: A Guide to Water Quality Parameters.** Inland Waters Directorate, Water Quality Branch. p. 89. Ottawa. Canadá.

MIKICH, S.B. e BÉRNILS, R.S. **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná.** 2004. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/iap>>. Acessado em fevereiro de 2010.

MILANI, E. J.; MELO J. H. G. de; SOUZA P. A. de; FERNANDES L. A.; FRANÇA A. B. **Bacia do Paraná. Boletim de Geociências da Petrobrás,** v. 15, n. 2, 2007.

MINEROPAR – MINERAIS DO PARANÁ S.A. Atlas Geomorfológico do estado do Paraná – Escala base 1:250.000 – Modelos Reduzidos 1:500.00. Curitiba, 2006.

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003. 2003. IBAMA, Brasília.

MSPC Informações Técnicas. **Tabela Periódica**. Disponível em <<http://www.mspc.eng.br/mapa.shtml>>. Acessado em 22 de Julho de 2009.

PALMEIRA A. F. **Técnicas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento Aplicadas a Gestão do Território do Município de Paragominas/PA**. Dissertação de Mestrado em Sensoriamento Remoto. São José dos Campos. INPE. 2004.

PEREIRA, O. J. R. **Tutorial Preparado Para Curso de Introdução ao ArcGis, Rio Claro/SP**. 55p. Piracicaba, 2010.

**PARANÁ**. Constituição (1989). Constituição do Estado do Paraná: promulgada em 5 de outubro de 1989. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Decreto Estadual nº2.316, de 17 de julho de 2000**. Regulamenta a participação de Organizações Civis de Recursos Hídricos no Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Decreto nº 2.315, de 17 de julho de 2000**. Regulamenta o processo de instituição de Comitês de Bacias Hidrográficas. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Decreto nº 4.646, de 31 de agosto de 2001**. Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Decreto nº 2.314, de 17 de julho de 2000**. Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, e adota outras providências. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Decreto nº 2.317, de 17 de julho de 2000**. Atribuições da SEMA e da SUDERHSA. Diário oficial da União. Natural do Estado do Paraná. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Lei nº 1.211 de 1952**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e Florestal do Estado do Paraná. Diário oficial da União.

**PARANÁ. Lei nº. 11.054, de 11 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre a Lei

**PARANÁ. Lei nº. 12.726, 26 de novembro de 1999**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências. Diário oficial da União.

PLANO DIRETOR de desenvolvimento Integrado; **VOLUME I – Análises Temáticas e Diagnósticos – Contexto Regional “Aspecto Socioeconômico”**. UFPR. 2006. Curitiba.

**Portal da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)**. Disponível em:<[www.anel.gov.br](http://www.anel.gov.br)>. Acesso em: 15 nov. 2010.

SALAMUNI, R. **Estruturas Sedimentares Singenéticas e sua Significação na Série Passa Dois**. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 12, 1963.

SANTOS, A.F; KOBAYAMA. M. **Contribuição Potencial de Cargas Poluentes na Bacia do Rio das Pedras, no Município de Guarapuava-PR**. Revista Ciências Exatas e Naturais, vol. 5, junho de 2003.

SANTOS, A.F; Teodoro, P.F. **Qualidade da Água na Bacia do Rio das Pedras – Guarapuava (PR), Baseado nos Parâmetros que Definem o Índice de Qualidade das Águas (IQA)**.

SCHNAID, F. **Ensaio de Campo e suas Aplicações à Engenharia de Fundações**. São Paulo: Oficina de textos, 2000.

SEGER, C. D. **Diagnóstico de Aves e Mamíferos da APA da Serra da Esperança**. Relatório técnico para subsídio à elaboração do plano de manejo da APA da Serra da Esperança. Mater Natura, Curitiba, 2008. Não publicado.

SEMA. **Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA, 1995.

**SEMA/IAP**. Estabelece procedimentos para licenciamentos de unidades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná. **Resolução conjunta nº. 009, de 17 de março de 2010**.

**SEMA/PR**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, autorização ambiental, autorização florestal e anuência prévia para desmembramento e parcelamento de gleba rural. **Resolução nº. 031, de 24 de agosto de 1998**. Diário oficial da União.

SILVA, Josué Pereira da. **A Crise da Sociedade do Trabalho em Debate**. In: Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 35, 1995. p. 167-181.

STUDART, T. M. C. **Notas de Aula de Hidrologia**. Cap. 2 – Bacias Hidrográficas, Universidade Federal do Ceará, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental. Disponível em: <<http://www.deha.ufc.br/ticianagraduacao.html>>. Acesso em: 11 de junho de 2011.

THIOLANT, J. C; CAMPOS, G. (Org.) **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. SP: UNICAMP, 1989.

VESTENA, L.R; THOMAZ, E.L. **Avaliação de Conflitos entre Áreas de Preservação Permanente Associadas aos Cursos Fluviais e Uso da Terra na bacia do rio das Pedras, Guarapuava-PR**. Revista Ambiência, V.2 n.1. Guarapuava-PR, junho de 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEFFORT, Francisco A. **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo: T. Queiroz, 1981.

ZILLER, S. R. A. **Estepe Gramíneo-Lenhosa no Segundo Planalto do Paraná: Diagnóstico Ambiental com Enfoque à Contaminação Biológica.** Curitiba, 2000. 268 fl. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

## ANEXOS

---